



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

TENDÊNCIAS DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL NO SÉCULO XXI: um acompanhamento das maiores empresas atuantes no país

JONATHAN HENRI SEBASTIÃO JAUMONT ¹

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise do comportamento econômico das maiores empresas atuantes no Brasil de 2000 a 2018. Este acompanhamento nos ajuda a vislumbrar os setores estratégicos do atual padrão de reprodução do capital no Brasil e suas tendências ao longo do século XXI. Explicita-se assim a importância destes elementos para a compreensão da conjuntura na qual estamos imersos e suas raízes nas décadas anteriores.

Palavras-chave

Brasil; Crise; Padrão de reprodução do capital; Dependência.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis del comportamiento económico de las mayores empresas que operan en Brasil desde 2000 hasta 2018. Esto nos ayuda a vislumbrar los sectores estratégicos del patrón actual de reproducción del capital en Brasil y sus tendencias a lo largo del siglo XXI. Explica también la importancia de estos elementos para entender la coyuntura en la que estamos inmersos y sus raíces en décadas anteriores.

Palabras-claves

Brasil; Crise; Patrón de reproducción del capital; Dependencia.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

1. 1. INTRODUÇÃO

Às vésperas das eleições presidenciais, um grande mito embala a esperança de *um Brasil feliz de novo*. Trata-se da confiança de que a mesma estratégia conciliatória possa reeditar a conjuntura dos mandatos de Lula sem o desfecho de Dilma. Na realidade, outra meia-verdade complementa este mito. A ideia segundo a qual a interrupção daqueles anos dourados teria sido obra do perfil autocrático da elite brasileira. Ou seja, as classes dominantes, na realidade, não teriam tido qualquer razão econômica para desembarcar dos governos petistas e que tal processo teria sido impulsionado pela repulsa elitista destes setores à convivência democrática dentro de *seu* Estado.

Esta versão das movimentações do andar de cima no período golpista é sutil, pois se apoia num fundamento real das classes dominantes brasileiras: seu exclusivismo. Neste sentido, sua incapacidade democrática teve certamente um papel. No entanto, veremos que as dificuldades econômicas enfrentadas com o advento da crise no Brasil também contribuíram. Este seria apenas um detalhe preciosista se não desvelasse um dos elementos cruciais que obstaculizam a reedição da conjuntura dos primeiros mandatos de Lula.

Arriscamos dizer que, no fundo, esta omissão existe, justamente, porque sua revelação exporia os estreitos limites para a conciliação de classes impostos pela extensão e profundidade da crise e da reconfiguração capitalistas em curso. Em síntese, acompanhamos Marina Gouvea quando afirma que:

El desarrollo de la crisis precipitada inicialmente en EE.UU. llega a América Latina a través de Europa y China, dificultando a partir de 2012-2013 el mantenimiento de las políticas de conciliación de clases. Con la compresión de las tasas de ganancia, no hay suficiente excedente para complacer a la clase obrera y a las clases dominantes. No hay manera de pretender conciliar los intereses de los de abajo con los de arriba. La clase dominante entra en un momento de ofensiva abierta y total, incluso desde el punto de vista militar, mientras que la clase obrera organizada es incapaz de ofrecer una respuesta propia y sigue, en gran medida, apostando por la conciliación (2022, s/p).

O presente artigo pretende acompanhar os resultados econômicos das maiores empresas que atuam no Brasil² ao longo do século XXI para explicitar esta possível relação entre os

2 Nossa base de dados se ampara no ranking do Valor1000. Fizemos um recorte anual das 50 maiores

mesmos e a posição das classes dominantes na conjuntura atual. Antes disto, no entanto, passaremos por outro aspecto importante da economia brasileira. Trata-se da delimitação dos principais setores econômicos do atual padrão de reprodução do capital no Brasil. Isto importa, pois é neste campo que se encontra nossa posição na reconfiguração capitalista em curso. Além disso, a ilustração destes setores indicam outro elemento importante do desenvolvimento capitalista do último período. Em nosso entendimento, as primeiras décadas do século XXI no Brasil são fruto das intensas transformações societárias que o capitalismo mundial teve que lançar mão diante da profunda crise na qual esteve imerso desde a década de 1970 (MESZAROS, 2011; HARVEY, 2008; MANDEL, 1990). Este amplo reordenamento teve repercussões decisivas, já nos anos 1980, mas principalmente na década de 1990, no Brasil. Nossa hipótese é que o padrão de reprodução do capital no Brasil entre os anos 1980 e 2000, ainda, guardava elementos constituídos pelo padrão industrial, em especial, em suas particularidades nascidas com o golpe de 1964 e que, ao longo das décadas de 1980-90, esteve em curso a reversão de tais elementos para um alinhamento mais direto ao que foi tipificado como padrão exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012).

O acompanhamento das maiores empresas brasileiras, ao nos ajudar a delimitar os setores estratégicos da economia brasileira demonstra que, na realidade, este é um processo tenso e contínuo que se estende até o século XXI. A consolidação do padrão exportador de especialização produtiva – cujo ápice se dá exatamente no primeiro mandato de Lula – aconteceu em detrimento dos setores, originalmente, ligados ao padrão industrial anterior. Em detrimento, portanto, de setores industriais, confirmando a conhecida tendência à reprimarização e desindustrialização da economia brasileira em curso.

empresas – por vezes em termos de receita líquida, por vezes em termos de lucros líquidos – na base de dados que subsidia o ranking. A parceria entre o Centro de Estudos e Finanças da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, cuja a equipe responsável pelo ranking é liderada pelo Prof. William Eid Jr.; o Valor Data do Valor Econômico/Grupo Globo, coordenado por William Volpato; e o Serasa Experian gera, anualmente, o ranking das 1000 maiores empresas atuantes no Brasil que embasa o prêmio de mesmo nome e é publicado pelas Editoras Globos S/A em anuário dedicado ao mesmo. Esta base de dados é alimentada, basicamente, pelos balanços anuais das empresas que se inscrevem, voluntariamente, para participar de um concurso que tem como base, justamente, o ranking gerado pela comparação destes balanços. A delimitação dos setores econômicos estratégicos impõe que se disponha de dados que sejam comparáveis. Neste sentido, se trata menos da exatidão dos dados, já que a contabilidade burguesa impõe sérias limitações neste campo, e mais de conseguir denominadores comuns que permitam as aproximações e comparações necessárias ao trabalho proposto.

2. 2. SETORES ESTRATÉGICOS: AS MAIORES EMPRESAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Começamos explicitando a insignificância da presença brasileira na produção daqueles elementos estratégicos do padrão tecnológico vigente. Com efeito, segundo Diogenes Breda,

(...) entre las 20 mayores empresas de semiconductores (...) las mayores son estadounidenses (8), europeas (3), taiwanesas (3), japonesas (3), coreanas (2) y de Singapur (1). Algo semejante ocurre en la industria de hardware y software. En la industria de hardware, las mayores industrias se dividen entre empresas estadounidenses (15), taiwanesas (10), japonesas (10) y coreanas (3), que sin embargo abriga la más grande, Samsung. Ya en la producción de software, las empresas estadounidenses tienen participación mayoritaria: 31 de las 50 mayores empresas de software. Le siguen Japón (10) y Taiwán (10) (2015, p. 123)³.

Como vemos, não há qualquer sinal de que o Brasil tenha empresas privadas ou estatais capazes de disputar a liderança econômica no paradigma tecnológico atual. Entre as 50 maiores empresas no Brasil, existem empresas do setor eletroeletrônico e da tecnologia da informação. No entanto, Ericsson, IBM, Nokia, Samsung, Siemens e Whirlpool são multinacionais estrangeiras. A deslocalização das plantas de montagem de seus produtos para o Brasil, obviamente, não transfere tecnologia para o país. Na realidade, apenas, nos relega os processos produtivos que já não precisam ser monopolizados pelas economias centrais e reduzem custos de produção e logística ao serem produzidos próximos dos mercados de destino por mão-de-obra superexplorada (BAMBIRRA, 2012; MARINI, 2000; SMITH, 2016).

Isto não é nenhuma surpresa ou novidade. Entretanto, é sempre bom lembrar que a dependência brasileira decorre também do direcionamento dos capitais atuantes no país para tarefas secundárias. Secundárias do ponto de vista da apropriação de lucros extraordinários no sistema capitalista mundial, apesar de absolutamente necessárias para a reprodução da hegemonia econômica mundial das burguesias imperialistas centrais (CECEÑA e BARREDA, s/d).

É importante notar que estas coordenadas permitem uma precisão importante no debate

3 O autor alerta apenas que “en los casos de Taiwán y Singapur (...) habría que considerar el grado de autonomía que efectivamente tienen en la producción, pues pueden producir a partir de requerimientos de transnacionales estadounidenses, japonesas y coreanas del sector (p. 128)”.

sobre a industrialização brasileira necessária. De fato, entendemos agora melhor a direção para a qual deve apontar o desenvolvimento industrial para superar a dependência tecnológica vigente – e o tamanho da tarefa que as classes trabalhadoras tem diante de si, já que a burguesia brasileira orienta seus esforços no sentido oposto. Por outro lado, compreende-se porque um país pode se industrializar e continuar dependente. Com efeito, uma economia produtora de mercadorias industriais já não é exclusividade das economias imperialistas e, portanto, uma economia dependente pode ostentar um sólido parque industrial se esta for a requisição imperialista vigorante.

Vejamos então no que estão implicados os capitais que atuam no Brasil para delimitar os principais setores econômicos brasileiros. Para tanto, trabalharemos com as maiores empresas da economia brasileira. É uma primeira aproximação que permite vislumbrar setores preponderantes ao longo do século XXI no Brasil. A seguir, a Tabela 1 nos dá indicativos bastante representativos sobre o tema. Nesta ranqueamos por sua receita líquida as 10 maiores empresas atuando no Brasil entre 2000-2018.

Nome da empresa	Setor de Atividade	Receita líquida 2000-2018
Petrobras	Petróleo e Gás	3.579.276,2
JBS-Friboi/JBS	Alimentos	1.089.215,9
CVRD/Vale	Mineração	1052609218000
Ultra/Ultrapar	Petróleo e Gás	597.452,6
Pão de Açúcar/Grupo Pão de Açúcar/GPA	Comércio Varejista	554.273,8
Braskem	Química e Petroquímica	471.895,2
Raízen Combustíveis/Raízen	Petróleo e Gás	459.237,1
Telefônica/Telefônica São Paulo/Telefônica Brasil	Telecomunicações	442.540,0
Brahma/CBB-AmBev/AmBev/Cervejaria Ambev	Bebidas e Fumo	427.630,8
Bunge Alimentos	Alimentos	408.035,8

Tabela 1: Ranking das 10 maiores empresas brasileiras por receita líquida em R\$ milhões entre 2000-2018, elaboração própria a partir do Valor1000.

Para começar salta aos olhos o peso da Petrobras. Esta representa quase 40% da receita líquida apresentada. Com efeito, se somarmos as receitas líquidas das seis empresas que ocupam do 4º ao 10º lugar, o valor não alcança o resultado da estatal. Apesar deste destaque, não aparece aqui nenhuma outra empresa estatal – neste sentido, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, também, corrobora com o recuo. Além disso, a presença daquelas que já foram chamadas de *campeãs nacionais* se faz sentir: a JBS ocupa a 2ª posição e a Ambev está em 9º lugar. E o capital estrangeiro é majoritário em diversas empresas listadas acima: capital francês no Grupo Pão de Açúcar, capital holandês na Raízen e na Bunge, espanhol na Telefônica e belga na Ambev. Metade do ranking,

portanto, é composto de empresas majoritariamente estrangeiras.

Outra constatação que nos interessa particularmente está ligada às mercadorias que estas empresas produzem. As maiores empresas da economia brasileira produzem, em primeiro lugar, matérias-primas: principalmente petróleo, gás e etanol, no caso da Petrobras, da Ultrapar e da Raízen; majoritariamente, minério de ferro, no caso da Vale; grãos e, em especial, soja e trigo, mas também açúcar e etanol no caso da Bunge. Em segundo lugar, produzem produtos alimentícios como as carnes da JBS e as bebidas da Ambev – mesmo o grupo varejista Pão de Açúcar está, na realidade, ligado à distribuição de alimentos no mercado interno e a Bunge é também uma empresa produtora de produtos alimentícios. Por último, a Braskem – parceria entre Odebrecht e Petrobras – produz, principalmente, produtos plásticos que, por sua vez, são matéria-prima e insumo para a produção de outras mercadorias.

A primeira vista poderíamos suspeitar destas observações, já que estamos olhando apenas para 10 empresas. No entanto, se ampliarmos nosso escopo e extrairmos os 10 maiores setores de atividade presentes no ranking das 50 maiores empresas no Brasil, obtemos o seguinte panorama.

Posição	Setor	Receita líquida 2000-2018
1	Petróleo e Gás	5.923.025,5
2	Alimentos	2.968.226,5
3	Telecomunicações	1.570.816,3
4	Veículos e Peças	1.539.640,3
5	Comércio Varejista	1.525.587,5
6	Energia Elétrica	1.419.411,8
7	Mineração	1.052.609,2
8	Metalurgia e Siderurgia	1.036.604,2
9	Química e Petroquímica	567.918,7
10	Bebidas e Fumo	433.106,0

Tabela 2: Ranking dos 10 maiores setores de atividade da economia brasileira por receita líquida em R\$ milhões entre 2000 e 2018, elaboração própria a partir do Valor1000.

Novamente, é o domínio do setor de petróleo e gás que impressiona imediatamente. Por muito pouco, a receita líquida do setor não representa o dobro do segundo colocado. Isto se repete, aliás, para o setor de alimentos: o 3º lugar precisaria quase dobrar sua receita líquida para alcançá-lo. As duas primeiras posições – Petróleo e Gás e Alimentos – ocupam, portanto, suas colocações com enorme margem. Com isso, a predominância de setores agrominerais se confirma. Juntos estes setores – Petróleo e Gás, Alimentos e Mineração – somam 55% da receita líquida do período.

A tendência aliás não muda se tomarmos o conjunto das 1000 empresas que compõem o banco de dados utilizado. Neste caso, os setores agrominerais acima se juntam à empresas de ramos análogos – como açúcar e álcool, fumo, agropecuária, entre outros – para somar 47,7% da receita total do período.

O que se pode afirmar portanto é que as mercadorias produzidas até aqui pelas maiores empresas brasileiras ao longo do século XXI são necessárias às cadeias globais como matérias-primas e insumos industriais (petróleo, gás, etanol, minérios em geral, soja, resinas plásticas, etc.), por um lado, e, por outro, como mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (derivados dos grãos, do petróleo, as carnes, as bebidas, etc.). A economia brasileira se insere, assim, na divisão internacional do trabalho assumindo a produção necessária à especialização produtiva imperialista para o monopólio da produção estratégica atual. Isto acontece mesmo quando os setores brasileiros atuam na fronteira tecnológica vigente, já que os meios para produzir neste patamar não são produzidos de maneira soberana aqui e sua utilização depende da remuneração correspondente.

Assim mesmo, a burguesia brasileira segue aprofundando este padrão. Com efeito, a participação dos setores agrominerais na economia brasileiro é imensa. Se comparada ao PIB de 2000 a 2018 (R\$ 71,3 trilhões), a receita líquida das empresas agrominerais que figuram entre as 50 maiores empresas do país significa 15% do Produto Interno Bruto deste período. Aliás, o peso das maiores empresas na economia brasileira é, justamente, o objeto do gráfico a seguir que compara os dados da receita líquida que temos com o valor do PIB ao longo destes anos.

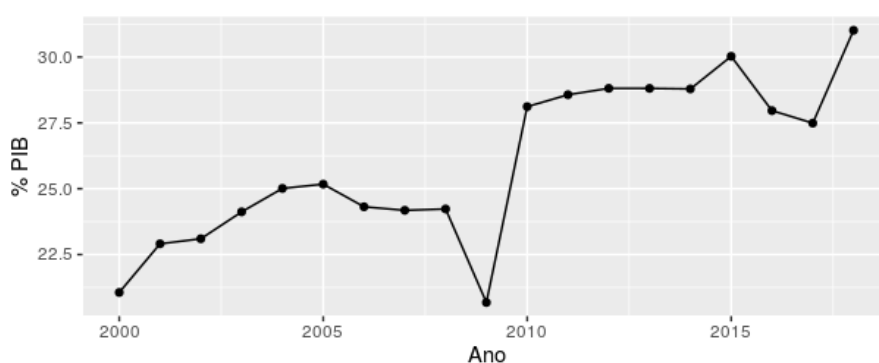


Gráfico 1: Receita líquida sobre PIB em porcentagem, elaboração própria a partir do Valor1000

O gráfico acima nos parece bastante ilustrativo de um significativo aumento do peso das 50 maiores empresas estudadas em relação ao PIB brasileiro. Com efeito, vemos um movimento ascendente desta participação que sai dos 21% no ano 2000 para aumentar 10

pontos percentuais até 2018, chegando, portanto, a significar 31% do PIB. É preciso levar em conta a passagem de balanços individuais para balanços consolidados em 2010 por nossa base de dados. Isto, sem dúvidas, eleva o número de empresas levadas em contas pelo ranking e deve ser responsável por parte da subida brusca que vemos entre 2009-2010. No entanto, os resultados recordes registrados tanto pela receita líquida, quanto pelo lucro líquido das maiores empresas brasileiras em 2010 –presentes, inclusive, na média naquele momento – parecem, na realidade, demonstrar um forte processo de centralização de capital no bojo da economia brasileira do século XXI.

1. 3. O COMPORTAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA E DOS LUCROS LÍQUIDOS DAS MAIORES EMPRESAS NO BRASIL

A primeira vista, poderia-se estranhar o gráfico 1. De fato, este parece contradizer a hipótese segundo a qual o auge do atual padrão já teria passado. Além disso, nada sugere ali que os bons resultados do mesmo teriam sido amparados na conjuntura comercial internacional favorável de 2005-2011, já que os resultados das maiores empresas no Brasil em termos de receita líquida estagnam neste período. O crescimento da receita indica, na realidade, outros períodos de pico: 2000-2004, 2014-2015 e 2018 poderia estar constituindo uma nova tendência de ascenso para o padrão vigente.

Se articularmos isto com o panorama político do país, poderíamos mesmo afirmar que a estabilidade dos dois mandatos de Lula não teria repousado num desempenho especialmente satisfatório das maiores empresas atuantes no Brasil. A crise mundial, inclusive, parece ter pouco impacto no quadro geral e não justificaria um acirramento da luta de classes, a partir dos dados contemplados aqui. Não parece portanto haver dificuldades visíveis no desempenho econômico das empresas em decorrência da crise econômica mundial que um golpe precisaria reverter. Pelo contrário, após uma baixa significativa em 2009 que poderíamos interpretar como o principal efeito da crise, o que vimos foi uma retomada importante dos resultados da receita líquida e uma grande centralização de capital por parte das empresas estudadas.

Portanto, o próprio golpe, em 2016, não teria nem sido precedido por qualquer dificuldade empresarial, como demonstra a estabilidade dos resultados desde 2010, nem contribuiria para uma melhora neste âmbito, já que os resultados imediatamente posteriores indicam uma tendência de piora da receita líquida estudada. Por fim, o acirramento da crise hegemônica em 2018 que levou à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência não teria

qualquer vínculo com o desempenho das maiores empresas, já que é, justamente, neste ano que as maiores empresas deste padrão batem recordes em termos de suas receitas líquidas.

Na realidade, será preciso olhar para outra dimensão do desempenho econômico das maiores empresas para explicitar a insuficiência da receita líquida como indicador para nossa análise. Esta, no fundo, nos indica, apenas, o montante total das vendas de uma empresa, excluindo os impostos que incidem sobre as mesmas, os descontos dados neste processo e as devoluções retornadas. O fundamental, no entanto, está na massa de lucros que tal receita é capaz de realizar. Nestes termos, é acompanhando o lucro líquido das maiores empresas do ranking no Gráfico 2 que conseguimos observar os movimentos entre receita e lucro líquido presentes no período e nos aproximar do que, possivelmente, sobredetermina o comportamento das maiores empresas.

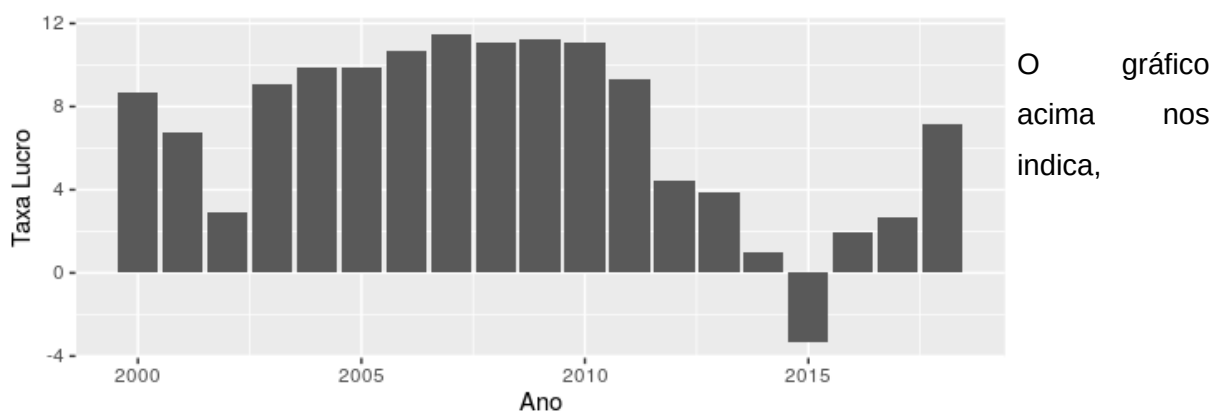


Gráfico 2: Taxa de lucro líquido sobre receita líquida em % entre 2000-2018, elaboração própria a partir dos dados do Valor1000

fundamentalmente, que os movimentos da receita e do lucro podem ser contraditórios. Não há, de fato, porque esperar uma correspondência entre os mesmos. Pelo contrário, há, por exemplo, momentos em que a receita líquida do conjunto das empresas cresce, enquanto a parcela destas vendas que se realiza como lucro diminui. Foi o caso entre 2000 e 2002 ou, mais drasticamente, entre 2010 e 2015. Por outro lado, o inverso, também, pode acontecer e a receita líquida pode diminuir enquanto a proporção dos lucros aumenta. Isto ocorreu nos biênios 2006-2007 e 2016-2017. O Gráfico 3, abaixo, explicita bem tal movimento ao evidenciar, em barras, a proporção da receita líquida que se torna lucro líquido – ambos calculados sobre o PIB – e, em linha, a taxa do lucro líquido sobre a receita líquida.

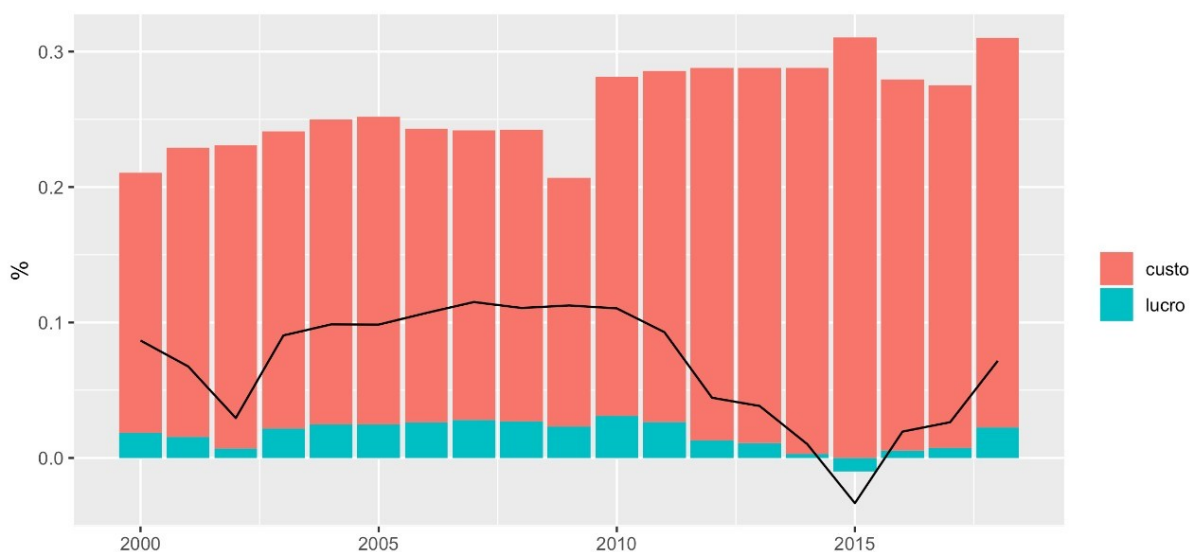


Gráfico 3: Proporção do lucro líquido sobre a receita líquida e Taxa de lucro líquido sobre receita líquida entre 2000-2018, elaboração própria a partir dos dados do Valor1000

Nestes termos, o que é preciso verificar é se a própria massa dos lucros líquidos é impactada, pois isto pode não acontecer. Com efeito, se o aumento da receita líquida compensar a diminuição da taxa de lucros, por exemplo, os lucros não caem. Por outro lado, a diminuição da receita líquida pode não reduzir os lucros, caso a taxa dos mesmos aumentar, no mínimo, proporcionalmente. Importa, portanto, agora acompanhar o lucro líquido das 50 maiores empresas para nos aproximarmos daquilo que, essencialmente, move as economias capitalistas.

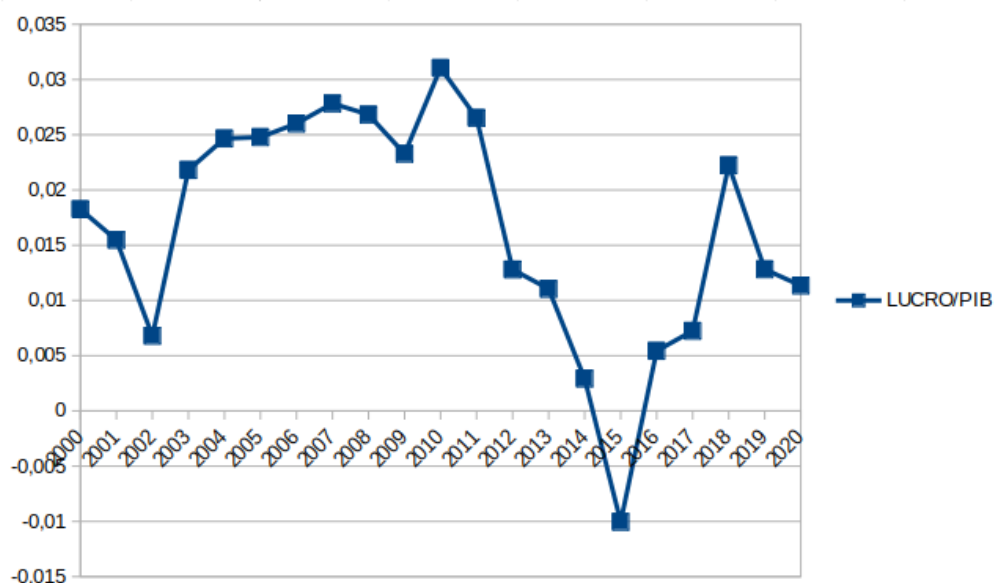


Gráfico 4: Lucro líquido sobre o PIB das 50 maiores empresas entre 2000-2020, elaboração própria a partir dos dados do Valor1000

Como vemos, no gráfico acima, o comportamento do lucro líquido é bem distinto do observado no Gráfico 1 que representa a receita líquida. Além disso, os dados chegam até 2020 neste caso. De pronto, a série inicia em queda até 2003. Aquele momento corresponde justamente ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, à eleição de Lula para presidência e 2003 é o primeiro ano de seu governo. Isto coincide com a interrupção daquela tendência de queda. A partir dali, esta reversão eleva os lucros líquidos das maiores empresas do Brasil para um novo patamar que perdurou os dois mandatos de Lula na presidência até o primeiro ano do governo Dilma em 2011, apesar de certa turbulência presente desde 2008.

A derrocada que segue, no entanto, é impressionante. Com efeito, os lucros líquidos saem de seu ponto mais alto em 2010 para níveis negativos em 2015. Ao que tudo indica, esta tendência parece marcar o impacto da crise mundial no Brasil. Não obstante a chegada tardia, em 2011-2012, tal impacto não deixa dúvidas sobre a seriedade do processo em curso. Ao que parece, as empresas tentam compensar as baixas do lucro aumentando seu volume de vendas. Com efeito, este movimento é observável no Gráfico 1, em que a receita líquida, após queda em 2009, sobe para um patamar muito superior em 2010. O pico deste patamar, inclusive, é, precisamente, no auge da queda dos lucros em 2015.

Isto posto, todos os indicadores demonstram sérias dificuldades no período 2011-2015 para as empresas em foco. No Gráfico 5, a seguir, por exemplo, vemos como, após o movimento

de centralização de 2010, o patrimônio líquido das 50 maiores empresas brasileiras entra numa queda que só começa a ser revertida em 2017.

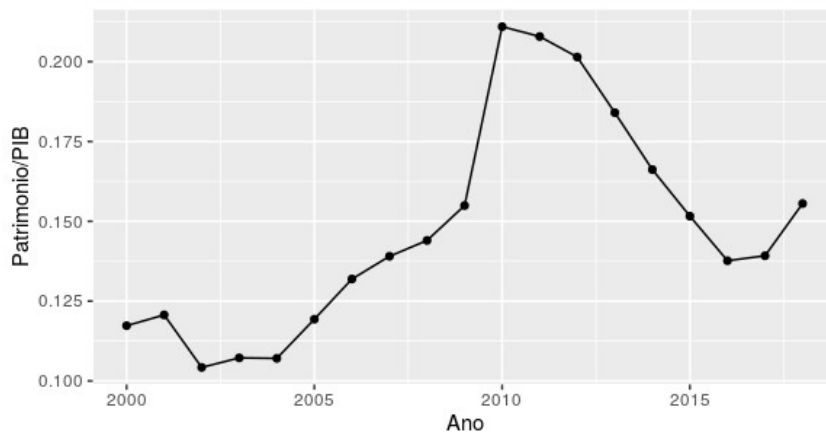


Gráfico 5: Evolução da relação entre Patrimônio Líquido e PIB das 50 maiores empresas da economia brasileira entre 2000 e 2018, elaboração própria a partir dos dados do Valor1000

O mesmo movimento se confirma no campo do endividamento empresarial. O Gráfico 6 explicita o crescente aumento do endividamento das 50 maiores empresas da economia brasileira com um pico acentuado, exatamente, em 2015. A tendência parece ser revertida a partir de 2016.

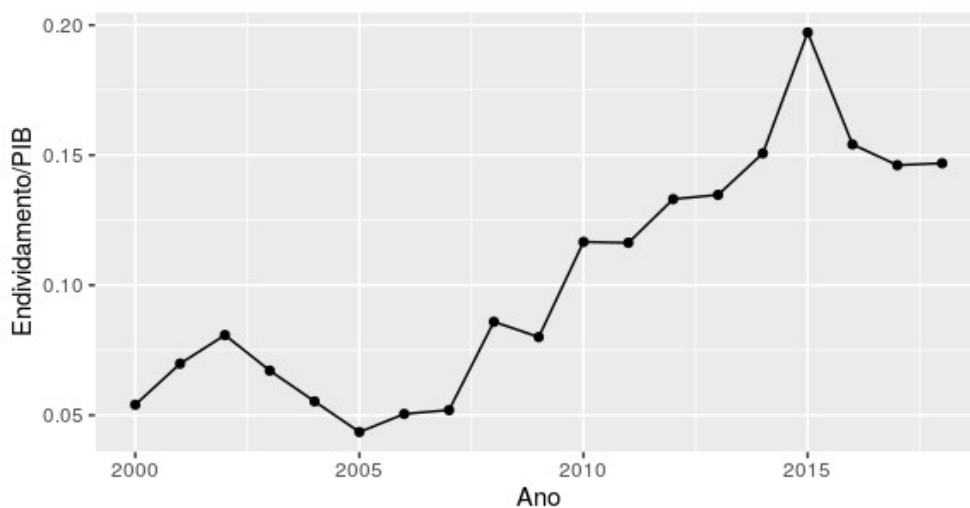


Gráfico 6: Evolução do Endividamento oneroso das 50 maiores empresas da economia brasileira entre 2000 e 2018, elaboração própria a partir dos dados do Valor1000

É neste bojo que acontece, a partir de 2 de dezembro de 2015, o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff – afastada temporariamente em 12 de maio e definitivamente em 31 de agosto de 2016. E é neste ano que começa uma recuperação gradativa que entre 2016-2017 não supera os níveis da crise do final do mandato de FHC, mas que em 2018 recoloca os lucros em patamar semelhante ao do governo Lula. O final do período, no entanto, entre 2019-2020, marcam uma nova recaída importante, já nos mandatos de Bolsonaro.

Temos, assim, 4 pontos principais de inflexão que marcam a trajetória dos lucros líquidos ao longo do período analisado: 2003, 2011, 2016 e 2019. Como vemos, há certa correspondência entre os diferentes momentos econômicos localizados e os mandatos presidenciais. Estes momentos-chave nos ajudam a entender melhor o que aconteceu, ao permitir que associemos os movimentos econômicos com os mandatos presidenciais, como assinalado no Gráfico 5 abaixo.

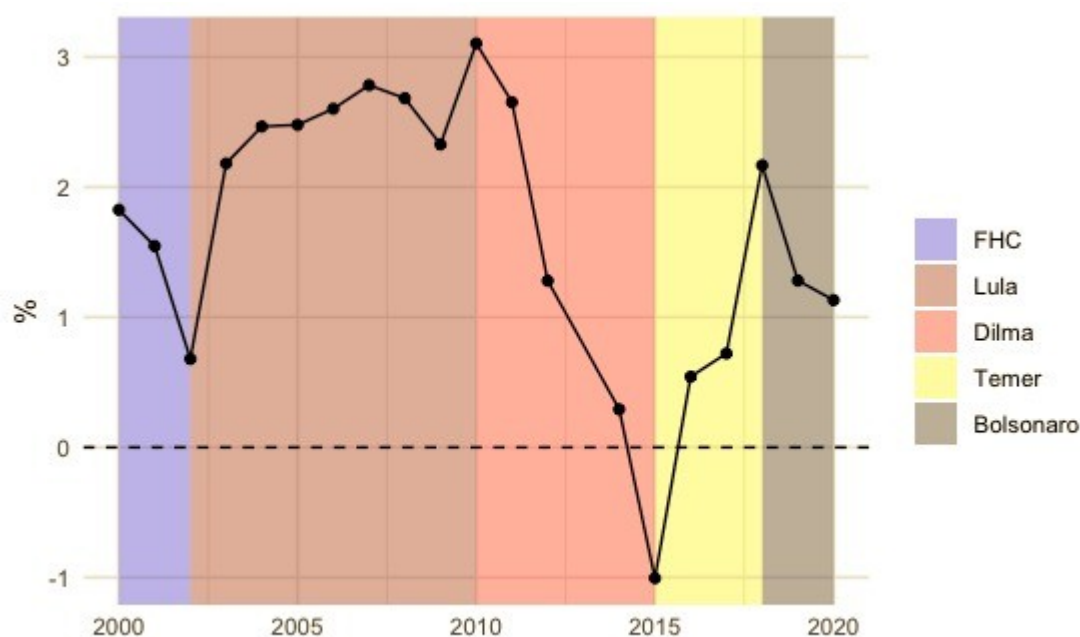


Gráfico 7: Lucros líquidos sobre o PIB com período dos mandatos presidenciais assinalados, elaboração própria a partir dos dados do Valor1000

tendências registradas parecem, agora sim, apontar para a direção daquela hipótese segundo a qual o padrão exportador de especialização produtiva no Brasil atinge seu auge entre 2003 e 2010. De alguma forma, os impactos da crise podem ter, portanto, contribuído com as tensões que levaram ao golpe de 2016 no Brasil. Assim como, a destituição da

então presidenta Dilma Rousseff, ao acelerar a agenda de contrarreformas reivindicadas pelas classes dominantes diante da crise em curso, pode ter corroborado para a reversão da tendência de queda dos lucros. Com efeito, os lucros líquidos das maiores empresas do Brasil voltam a subir desde então até o início do governo Bolsonaro. Após esta recuperação durante o governo Temer, os lucros voltam a cair ao longo do governo Bolsonaro, o que poderia explicar o relativo desgaste do governo Bolsonaro com a grande burguesia e a ausência do apoio decisivo do imperialismo central.

4. CONCLUSÃO

Esperamos, primeiro, ter contribuído para a explicitação do caráter dependente do Brasil atual. No fundo, ao confirmar que os setores estratégicos da economia brasileira não são os setores estratégicos da produção capitalista mundial, só fizemos comprovar o óbvio: não somos uma economia capaz de disputar a liderança econômica no mundo capitalista atual. Estamos subordinados a tal liderança e contribuimos para sua reprodução enquanto tal.

No período abordado, esta condição nos parece reafirmada pelo peso dos setores agroindustriais e extrativistas minerais em detrimento dos setores industriais. O processo que acelerou tal reconfiguração, aliás se deu em pleno governo Lula. Somente a mistificação do mesmo pode permitir que o *ciclo progressista* seja apresentado como uma via para a superação da dependência.

Neste sentido, nos parece difícil sustentar a ideia de que os governos Lula e Dilma foram novodesenvolvimentistas. As experiências reformistas latinoamericanas clássicas, em sua concepção desenvolvimentista, tinham um compromisso com o fortalecimento da burguesia nacional industrial e da industrialização que, mesmo que de maneira equivocada, guardavam uma relação com a superação da dependência. O petismo parece querer enxergar no empresariado brasileiro uma versão atualizada da burguesia nacional industrial. No entanto, o empresariado no Brasil se atualizou, acompanhando requisições imperialistas numa direção que recoloca os setores ligados à produção de alimentos e de matéria-primas no centro da reprodução capitalista do país. Não há qualquer indicio que isto possa produzir algo distinto do que a reprodução da dependência brasileira.

Assim mesmo, o petismo foi destituído por um golpe. Pode parecer um contrasenso. No entanto, isto também nos ajuda a caracterizar os governos petistas. Com efeito, o projeto petista difere dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Bolsonaro pela conciliação

de classes proposta. A reprodução da dependência se dá por isso em termos diferentes. A subordinação segue, as burguesias imperialista e dependente prosperam, o realinhamento dos setores estratégico é incentivado, mas uma parcela minoritária do fundo público é destinada à demandas da classe trabalhadora. Este pacto de classes tem exito por um período consideravel das duas primeiras décadas do século XXI, mas sua reprodução encontra uma barreira intransponível na eclosão da crise mundial no Brasil. Neste sentido, este esgotamento demonstra apenas a estreiteza que a dependência impõe, inclusive, para projetos de conciliação diante de classes dominantes comprometidas com a reprodução da dependência em seu próprio benefício.

O governo Dilma cai, portanto, diante da radicalidade da agenda necessária às classes dominantes para a reconfiguração do padrão de reprodução do capital em curso em pleno acirramento da crise mundial no Brasil. Enquanto o governo Bolsonaro dá sinais que não se reelegerá imerso em sérias dificuldades para manter os lucros empresariais. O extremismo de Bolsonaro no fundo dá a dimensão da gravidade da crise e do alinhamento necessário no momento atual. A reedição da conciliação nestes termos só pode encontrar enormes dificuldades. O povo brasileiro terá de produzir outra orientação para os rumos da sociedade brasileira se quiser superar a situação atual. Orientação que tenha na superação da dependência e, portanto, do capitalismo seu Sul.

BIBLIOGRAFIA

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BREDA, DIÓGENES MOURA. *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo*. Tese de doutoramento, UNICAMP, 2020.
- CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. *La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial: aproximación metodológica*. Disponível em: <http://www.redcelsfurtado.edu.mx/archivosPDF/ana2.pdf>.
- GOUVÊA, Marina. *Brasil y la nueva "ola progresista" en Nuestra América*. 2022. Disponível em: <https://revistaizquierda.com/brasil-y-la-nueva-ola-progresista-en-nuestra-america/>.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- _____. *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *La teoría social latinoamericana*. Tomo IV. México: Ediciones El Caballito, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OSÓRIO, Jaime. *El nuevo patrón exportador de especialización productiva em América Latina*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 31, p. 31-64, fev. 2012.
- SMITH, John. *Imperialism in the twenty-first century*. New York: Monthly review Press, 2016.